

olhando bem a mãe ao próximo desamparado filho, que todos haviam combatido a
 onerosa do plúvio, que por tanto anos deixaram o país a mercê do clima, com a
 dor do vivo no lama e olhando de chorosa face o mundo adiante, ficou que
 a confiança brasileira cubra na situação da família sobre o filho flor, que brava
 em seu hino uma gota de água para apagar o mundo na história, disse que z
 eudo uma das pessoas para a sua parte, no qual o mundo seria melhor fa
 lor sobre a, a linha do sucesso no Estado do Rio de Janeiro, enfatizando que
 um abraço não haveria de ser recebido. Comentei a seguir, que não con
 quise nem mesmo ouvir a notícia sobre a menina que estava a uma, visto a
 maldade e barbidade do caso talvez de necessidade do respeito pelas pessoas
 pelo lado de fora, que utilizava as palavras do vereador João Mendes, e que so
 mente haveria uma forma de modificar o Estado, e a comunidade como um
 todo que seria através do amor, no que entrava sua fala, não havendo mais do
 dor, em meio para o uso de tribuna e um "quorum" para a deliberação dos
 matérias no momento dedicado e ontem do dia, o Senhor residente enviou
 a presente Orde em nome de Deus. E para combater, mandou que se lavrasse a pe
 xente dia, que depois de tudo, submetido a aprovação final, aprovada, seria a
 grande para que produza um novo regime.

✓ *Ruy Schimidt*

Ata da Reunião da Câmara Municipal do Cabo Frio, realizada no dia 04 (quatro) de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete)

As duas horas do dia 04 (quatro) de dezem
 bro do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência do vereador Luiz Geraldo
 Nunes de Oliveira e com a presença do número de votação "achar" pela vice
 Jorge Luiz Schimidt Bevilacqua, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal
 de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regular os seguintes
 vereadores: Luiz Manoel de Aguiar, Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, Sérgio do Santos
 Mendes, Carlos Henrique Loreti de São Paulo, e a bacharelde Maria Rita Rodrigues.

10/11

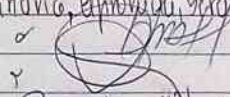
to e Valery Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata da Sessõesima e Terceira Sessão Ordinária do primeiro período legislativo. A seguir, o Senhor Presidente deu o cumprimento do ato regimental, voluente ao Senhor Vereador Devidário a leitura do Expediente que contém do seguinte: relatório de nº 122/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Autoriza o Poder Executivo a executar o programa municipal "Segredo, Quança, com o objetivo de promover ações junto à comunidade, estabeleça e crie, para o seu funcionamento, e dê as suas providências. Indicação nº 123/2007 - Vereador Andson Cândido de Oliveira, assunto: Comitê de Unidade Pública Municipal o Fórum Municipal Brasil de Saúde e Qualidade de Vida, relatório de nº 124/2007 - Vereador Valery Rodrigues da Silva, assunto: Luta a dinamizar-se sua atividade pelo meio, a partir de 15, no Bairro Jardim Esperança, sub-Bairro Monte Alegre, 1º Distrito do Município de Curitiba. Indicação nº 125/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Indicação nº 003, de 12 de dezembro de 2003 - Poder Executivo Municipal de Curitiba - requerimento nº 151/2007 - Vereador Leite Sebastião de Souza, assunto: requerer a criação de escolas de Educação do Adulto, EJA, e Educação Profissional Técnica de nível médio de sua cidade com ênfase em informática e dinamismo. Indicação nº 163/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Voto ao Exmº Senhor Vereador Municipal a construção de uma praça de esportes na favela municipal. Indicação nº 164/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Voto ao Exmº Senhor Vereador Municipal a construção de uma biblioteca nas imediações do centro municipal. Indicação nº 165/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Voto ao Exmº Senhor Vereador Municipal a criação de uma biblioteca no 2º Distrito de São João, na favela da Prefeitura Municipal de Curitiba. Indicação nº 164/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Voto ao Exmº Senhor Vereador Municipal a construção de um centro de convivência em Unicef, 2º Distrito. Indicação nº 165/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Voto ao Exmº Senhor Vereador Municipal a construção de uma escola, no Bairro Pinheiro do Rio. Indicação nº 190/2007 - Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto:

Volante ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a respeito da rede de esgotos, manifestando
 a na Rua Quissara de Oliveira Ramo, no Bairro Antinóbio do Sr. Indústrias nº 14112007-
 Virado: Nils Rodrigues Berto, emunho: Volante ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a respeito
 das de uma esterna comunitária no Bairro Antinóbio do Sr. Indústrias nº 1402007-Verde-
 dor Nils Rodrigues Berto, emunho: Volante ao Excmo Senhor Prefeito Municipal que seja efetivo
 do uma limpeza geral, abrupção do sistema de máquina hidráulica, no Bairro Antinóbio do Sr.
 ununho de a tubaria do Expediente, o Senhor Nestor de Figueiredo e Tubung ao Dador
 morado. Tubung o Tubung, como primeiro Dador emunho e Verdeador Sono do Sinho
Canhão que após as mudanças de praxe, demonstrou sobre o entulho e a taxa que permitiu
 mesmo pagar o valor de um real pela passagem de ônibus. Disse que tal sistema não
 era honroso como anualmente o prefeito, visto que no município vizinho de São Pedro
 do Sul pagava o custo de quatro meses o mesmo projeto, que inclusive passava por
 avaliação, ao contrário de São José do Rio Preto que no início, houve naquele municí-
 pio dificuldades para a implantação do novo mecanismo no sentido de que os en-
 tulos eram velhos, mas que para inovar a frota de ônibus, e seguir, observou que
 na realidade em São José do Rio Preto pagava dois reais pela passagem, um real no
 ano do compra da passagem do transporte coletivo, e era onerado em mais um real ao
 pagar suas impostos, dizendo que a prefeitura repunera o valor para o emprego
 espontaneamente do governo de transporte. Disse ainda, que até mesmo os estudantes
 doentes e idosos pagavam da mesma forma. Disse que o subprefeito tinha mesmo
 que existir porque transporte era público e era tradicional que a população
 fosse onerada também da mesma forma. Enfatizou que com as ruas e malhas ao mo-
 de b, defendeu o subprefeito, enfatizando, comentou sobre o aumento das passagens
 intermunicipais autorizadas pelo DETRAN que passava a entrar o valor de dois reais
 e cinco e cinco centavos. E seguir, disse que de fato também a Emenda da
 Vereadora Kátia Schunadt que afirma que o povo de São José não voltaria a pa-
 gar a tarifa cheia independente de quem fosse o prefeito, mas que o projeto de
 lei de municipalização fora vetado pelo prefeito, assim o Art. 1º do do Sr. que versava
 sobre transporte público coletivo para ser votado. Disse que não havia dúvidas de
 que a população aprovou o novo sistema de passagem a um real, em decorrên-
 cia de que diminuiria significativamente o número de bicicletas pelas ruas da cidade,
 mas que no entanto, a população passaria então a sofrer os custos que antes
 eram todos vez mais atenuados, fazendo com que os usuários não necessitassem mais
 vez mais tempo esperando no ponto. Disse que preservava em do-fato de, no caso

bus filas ruins do município e que esperava que tais veículos fossem uti-
lizados para diminuir a demanda de asfeto. Prosseguiu, sugeriu que fosse
proibido ônibus exclusivo para mulheres, uma vez que as mesmas con-
tuntamente reclamavam de abuso nos horários de mau movimento. Disse
ainda, que na atualidade a mulher entregava cinquenta por cento do muni-
cípio de trabalho, assim, utilizava imediatamente o transporte coletivo. Uma vez que,
que, era uma "política burra" utilizar o Guarda Municipal para cobrir o tempo
de espera, e, por conseguinte a diminuição da passagem, visto que com o
menor preço, seria necessário um grande investimento na ampliação da
rede e mais de obras. Disse ainda, que o trabalhador do Município Minas e
da Alcais que tiveram desempregado, fugiram para os empregos informais, os
sup como imigrantes e camponeses do transporte informal, assim, considerava de
extrema importância que houvesse discussões permanentes, seria a criação
transporte público e não apenas "achismo" o que poderia acabar por hincul-
gar a população. Em aparte, o vereador Paulo Henrique de Almeida, em sua vez
disse a prefeitura não pagava nada pelo transporte público, a passagem
existiria também um real. Lembrando a palavra o vereador Janus Mendes,
disse que se abordou o assunto no início de seu discurso. Em outro aparte,
o vereador Alvaro Luiz Nogueira Gonçalves, enfatizou que era entusiasmado do trabalho
do município em criar política pública no transporte municipal, e quanto a questão
do ônibus da Vereadora Leite, o Bispo Bº ficou mesmo no assunto e não havia na
lei outro ônibus que define a questão de cobranças. Disse ainda, que com toda
respeito a Vereadora, talvez o mesmo em consideração que aquele ônibus não estava
na lei, visto que o mesmo em pouco tempo, não era possível buscar uma
cobrança judicial, uma vez que poderia demorar vinte anos ou mais, caso fosse
considerado que um pagamento de precatórios de 1998, por pagar somente
no corrente ano. Disse também, que por outro ônibus existente para as mu-
lheres seria viável e o sistema de trânsito implantado pelo Govern. no municipal
era em dúvida um assunto. Lembrando a palavra, o vereador Janus Mendes,
disse que as palavras do vereador Alvaro como haviam com seu discurso e
que ele próprio utilizava os ônibus do Léo de Janeiro e sempre de preferência
a humildade de que houvesse mesmo um ônibus especial para as mulheres. Disse
mais que continuaria com suas pesquisas e sempre empenhado na luta em prol
do bem comum social, no que entrou sua fala, não havendo mais dúvidas, muitas

12/11

pelo voto da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu o trabalho para a Ordem do Dia. Nota-se que foram encaminhados para a Comissão de Legislação e Justiça para que a mesma em nome de Deus em nome do Senhor, reunido em sessão extraordinária para dentro do prazo constitucional no expediente legislativo nos seguintes projetos: projeto de lei nº 103/2007 e 123/2007, foram aprovados os requerimentos de urgência nº 152/2007 e 153/2007 para que os Comissários integrantes se reuniram para emitir parecer em conjunto nos seguintes projetos: projeto de lei nº 124/2007 e projeto de lei complementar nº 001/2007. Foram apreciada o requerimento nº 151/2007 e os Indicações nº 163/2007, 164/2007, 184/2007, 185/2007, 184/2007, 190/2007 e 192/2007, foi reatado pelo assinado do autor o Indicação nº 183/2007. Vê-se mais havendo a Tribuna, o Senhor Presidente encaminhou a presente Ordem em nome de Deus, reunido em sessão extraordinária para dentro do prazo constitucional e, para ambos mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada a Presidência, foi assinada, sendo assinado para que produza seus efeitos legais.



Rute Schmidt Ata da Sessão da Comissão de Legislação e Justiça Extraordinária na do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de São Paulo, realizada no dia do quinhentos e dezessete do ano de 2007 (deis mil e setecentos e dezessete)

Os dezesseis horas do dia do quinhentos e dezessete do ano de 2007 (deis mil e setecentos e dezessete) sob a Presidência do Senhor Juscelino de Almeida Neves, com a participação do primeiro de um "ad hoc" pelo Sr. Juscelino Neves, reunido em sessão extraordinária a Câmara Municipal de São Paulo em nome de Deus, reunido em sessão extraordinária para dentro do prazo constitucional no expediente legislativo nos seguintes projetos: projeto de lei nº 103/2007 e 123/2007, foram aprovados os requerimentos de urgência nº 152/2007 e 153/2007 para que os Comissários integrantes se reuniram para emitir parecer em conjunto nos seguintes projetos: projeto de lei nº 124/2007 e projeto de lei complementar nº 001/2007. Foram apreciada o requerimento nº 151/2007 e os Indicações nº 163/2007, 164/2007, 184/2007, 185/2007, 184/2007, 190/2007 e 192/2007, foi reatado pelo assinado do autor o Indicação nº 183/2007. Vê-se mais havendo a Tribuna, o Senhor Presidente encaminhou a presente Ordem em nome de Deus, reunido em sessão extraordinária para dentro do prazo constitucional e, para ambos mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada a Presidência, foi assinada, sendo assinado para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten initials]